

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 4,0 milhões, com aumento de 8,6% em relação ao ano anterior, decorrente da melhora no rendimento das aplicações financeiras.

Resultado do Exercício
A MAPFRE Capitalização S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 1,5 milhão (R\$ 3,0 milhões no exercício de 2018).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. Para 2019, realizando apenas a distribuição mínima, o limite do capital social seria atingido, portanto foi

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		103.496	104.710
Disponível		2	426
Caixa e bancos		2	426
Equivalente de caixa		1.227	
Aplicações	5	97.143	97.266
Créditos das operações de capitalização		1.471	3.666
Creditos das operações de capitalização	6	1.471	3.666
Títulos e créditos a receber		3.501	3.288
Títulos e créditos a receber	7	1.524	933
Creditos tributários e previdenciários	16b	1.614	1.881
Outros créditos		363	474
Outros valores e bens		146	54
Outros valores		146	54
Despesas antecipadas		1	0
Ativo não circulante		54.313	48.451
Realizável a longo prazo		54.076	47.947
Aplicações	5	54.040	47.581
Títulos e créditos a receber		36	366
Creditos tributários e previdenciários	16b	—	346
Depósitos judiciais e fiscais		36	20
Imobilizado		55	333
Intangível		—	171
Total do ativo		157.627	153.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

devidos a deliberação total do lucro do exercício após as deduções legais R\$ 1,4 milhão além de distribuição de exercício de anos anteriores R\$ 3,6 milhões à sua controladora MAPFRE Participações S.A..

Eventos Societários
Em 30 de novembro de 2018 a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram junto ao GRUPO MAPFRE, a assinatura do segundo aditivo ao Acordo de Parceria do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE. Em continuidade, houve a reestruturação do GRUPO MAPFRE com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, onde a MAPFRE Capitalização S.A. passa a integrar o capital da MAPFRE Participações S.A., desta forma alterando o controle acionário desta Cia da MAPFRE Brasil Participações S.A. para a MAPFRE Participações S.A.. Esta reestruturação teve como objetivo unificar o controle acionário na MAPFRE Participações S.A. das operações de Seguros, Capitalização e Previdência.

Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Capitalização S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 8,1 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos.

Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE sobre o tema e dos principais frameworks internacionais de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Periodicamente, a MAPFRE Capitalização S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar atuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		135.326	128.627
Contas a pagar		6.671	5.029
Obrigações a pagar	8	6.421	4.559
Impostos e encargos sociais a recolher		174	21
Encargos trabalhistas		26	53
Impostos e contribuições	9	50	396
Débitos de operações com capitalização		1.051	—
Depósitos de terceiros	12	2.550	415
Provisões técnicas - capitalização	10	125.054	123.183
Provisão para resgates		108.542	107.714
Provisão para sorteio		16.246	15.245
Provisão para complementação de sorteios		34	—
Provisão para distribuição de bônus		69	79
Outras provisões	10	163	145
Passivo não circulante		967	8
Contas a pagar		898	—
Tributos diferidos	16b	898	—
Outros débitos		69	8
Provisões judiciais	13	69	8
Patrimônio líquido	14	21.334	24.526
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		7.777	11.303
Ajustes de avaliação patrimonial		1.557	1.223
Total do passivo e patrimônio líquido		157.627	153.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

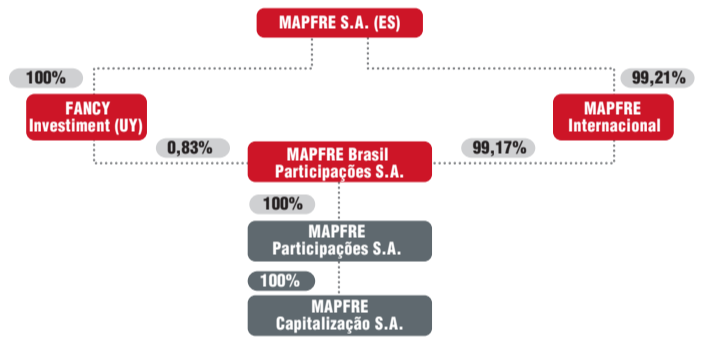
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	12.000	1.651	7.352	—	—	21.003
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	1.223	—	1.223
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	3.017	3.017
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	151	—	—	(151)	—
Reserva de investimento	—	—	2.149	—	(2.149)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(717)	(717)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.000	1.802	9.501	1.223	24.526	48.052
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	334	—	334
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.474	1.474
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	74	—	—	(74)	—
Dividendos propostos	—	—	(3.600)	—	(1.400)	(5.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.000	1.876	5.901	1.557	—	21.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns abrangendo segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia ajustou para fins de comparabilidade os valores apresentados anteriormente na demonstração do fluxo de caixa as linhas de variações das provisões técnicas - capitalização, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3a e 5 - Aplicações e instrumentos financeiros; • Notas 3e e 10 - Provisões técnicas; • Notas 3f e 12 - Provisões judiciais; e • Notas 3k e 15 - Imposto de renda e contribuição social. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de prazos esperados de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigor em 1º de janeiro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus investimentos nas seguintes categorias: *i.* Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii.* Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii.* Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv.* Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *v.* Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5c. *vi.* Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i.* Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda

regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo. **Compliance**
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. **Governança de Dados e Segurança da Informação**
Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018. **Premiações e Campanhas**
O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse www.mapfreexplica.com.br. **Agradecimentos**
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 19 de fevereiro de 2020
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida com títulos de capitalização		34.917	41.343
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	15a	154.263	169.750
(+/-) Variação da provisão para resgate	15b	(119.346)	(128.407)
(+) Variação das provisões técnicas	15c	597	863
(-) Resultado com sorteio	15d	(18.820)	(22.532)
(-) Custo de aquisição	15e	(3.789)	(3.296)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		(168)	59
(+) Outras receitas operacionais		197	281
(-) Outras despesas operacionais		(365)	(222)
(-) Despesas administrativas	15f	(13.303)	(11.366)
(-) Despesas com tributos	15g	(1.084)	(1.944)
(+) Resultado financeiro	15h	4.022	3.705
(+) Receitas financeiras		9.864	9.233
(-) Despesas financeiras		(5.842)	(5.528)
(=) Resultado operacional		2.372	6.832
(-) Perdas com ativos não correntes		(314)	(314)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		2.058	6.832
(-) Imposto de renda	16a	(608)	(1.457)
(-) Contribuição social	16a	(430)	(1.148)
(-) Participações sobre o resultado		454	(1.210)
(=) Lucro líquido do exercício		1.474	3.017
(v) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) Lucro líquido por ação		0,12	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.474	3.017
Outros resultados abrangentes	334	1.223
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.371	1.223
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(1.037)	—
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	1.808	4.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.474	3.017
Ajustes para:	144.576	155.604
Depreciações e amortizações	152	341
Tributos diferidos	898	—
Variação das provisões técnicas - capitalização	143.212	155.263
Perdas com ativos não correntes	314	—
Variação nas contas patrimoniais:	(143.394)	(154.618)
Aplicações financeiras	(6.336)	(26.361)
Creditos das operações de capitalização	2.195	5.176
Creditos tributários e previdenciários	752	1.294
Despesas antecipadas	4	(5)
Depósitos judiciais e fiscais	(16)	—
Outros ativos	(572)	(434)
Obrigações a pagar	(2.560)	1.764
Impostos e contribuições	773	2.679
Débito de operações com capitalização	1.051	—
Depósitos de terceiros	2.135	130
Provisões técnicas - capitalização	(141.341)	(139.376)
Provisões judiciais	61	7
Outros passivos	126	(715)
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	334	1.223
Caixa gerado pelas operações	2.656	4.003
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(678)	(1.440)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(441)	(1.145)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.537	1.418

	2019	2018
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(17)	(135)
Intangível		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	Sem AAA rating	Total	Sem AAA rating	Total
Ativos financeiros - rating				
Títulos de renda fixa públicos (*)	151.188	151.188	144.854	144.854
Caixa/Contas a pagar/Contas a receber	(5)	(5)	(7)	(7)
Total	151.188	(5) 151.183	144.854	(7) 144.847

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 4.928 (R\$ 17.068 em 2018). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apurar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos ativos e do passivo, não apresenta insolvência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

2019	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	2	-	-	2
Equivalente de caixa	1.22	-	-	1.22
Aplicações	45.250	91.980	13.953	151.183
Créditos das operações de capitalização	1.471	-	-	1.471
Títulos e créditos a receber (*)	1.887	-	-	1.887
Outros valores e bens	146	-	-	146
Despesas antecipadas	6	-	-	6
Total do ativo	49.989	91.980	13.953	155.922
Contas a pagar	6.671	898	-	7.569
Débitos de operações com capitalização	1.051	-	-	1.051
Depósitos de terceiros	2.550	-	-	2.550
Provisões técnicas - capitalização	125.054	-	-	125.054
Total do passivo	135.326	898	136.224	272.448

2018	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa	426	-	-	426
Aplicações	26.327	115.353	3.167	144.847
Créditos das operações de capitalização	3.666	-	-	3.666
Títulos e créditos a receber (*)	1.407	-	-	1.407
Outros valores e bens	54	-	-	54
Despesas antecipadas	10	-	-	10
Total do ativo	31.890	115.353	3.167	150.410
Contas a pagar	5.029	-	-	5.029
Depósitos de terceiros	415	-	-	415
Provisões técnicas - capitalização	123.183	-	-	123.183
Total do passivo	128.627	898	136.224	265.749

(*) O total dos ativos judiciais e fiscais no montante de R\$ 36 (R\$ 20 em 2018) e provisões judiciais de R\$ 69 (R\$ 8 em 2018), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 1.614 (R\$ 2.227 em 2018) também não foram classificados no quadro acima. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

	2019	2018
Fundo	VaR	Patrimônio
Capitalização	59	148.589

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos em ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,71 anos (2,01 em 2018) mantido a um patrimônio de R\$ 51.446 (R\$ 46.359 em 2018) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisto, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento			Sem vencimento (D)	Valor contábil de (E = A + B + C + D)	Valor de curva de mercado (F)	Valor Ganho/(Perda) não realizada (G)	2019	%	2018	%	
		1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)									
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado													
Fundos de investimentos													
Letras financeiras do tesouro - LFT		45.255	41.839	10.054	(5)	97.143	97.100	97.143	43	97.143	65%	97.266	67%
Títulos da dívida agrária - TDA	1	40.325	41.839	10.054	-	92.217	92.174	92.217	43	92.217	95%	80.172	82%
Operações compromissadas (*)	2	-	1	-	-	3	3	-	3	0%	23	0%	
Caixa/Contas a pagar/Contas a receber	2	4.928	-	-	(5)	4.928	4.928	4.928	-	4.928	5%	17.068	18%
Ativos financeiros disponíveis para venda													
Carteira administrada		-	45.921	-	-	45.921	43.327	45.921	2.594	45.921	30%	40.919	28%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	45.921	-	-	45.921	43.327	45.921	2.594	45.921	100%	40.919	100%
Ativos mantidos até o vencimento													
Fundo de investimento		-	4.220	3.899	-	8.119	8.119	11.046	2.927	8.119	5%	6.662	5%
Letras do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	3.899	-	3.899	3.899	6.502	2.603	3.899	48%	3.168	48%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	4.220	-	-	4.220	4.220	4.544	324	4.220	52%	3.494	52%
Total		45.255	91.980	13.953	(5)	151.183	148.546	154.110	5.564	151.183	100%	144.847	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos público.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda variável e renda fixa privados tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil Bolsa Balcão. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	2019		2018	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
LTN	9,11%	9,11%	9,11%	9,11%
NTN-B	7,50%	7,35%	7,50%	7,35%
NTN-F	12,91%	10,60%	12,91%	10,60%
TDA	9,25%	9,24%	10,05%	9,03%

e) Movimentação das aplicações financeiras

	2018		2019	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	97.266	54.476 (59.375)	4.776	97.143
Disponíveis para venda	40.919	-	1.371	3.631
Mantidos até o vencimento	6.662	-	-	1.457
Total	144.847	54.476 (59.375)	1.371	9.864 151.183

10. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019		2018	
	Provisão para matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP
Saldo inicial	99.713	8.001	60	15.185
Constituição de provisão	122.823	-	19.223	334
Atualização monetária e juros	5.747	8	-	3
Pagamento de títulos sorteados	-	-	(17.821)	-
Pagamento de resgates	-	(123.520)	-	-
Títulos cancelados	(3.477)	-	-	-
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	369
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	(364)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(18.900)	(27)
Transferência PRA	(43.611)	43.611	-	-
Transferência PRV	(82.949)	82.949	-	-
Transferências PDB	-	26	-	(26)
Decremento Bônus	-	-	-	(321)
Receitas com penalidades	-	(123)	-	-
Outras provisões	-	(648)	(6)	-
Saldo final	98.246	10.296	391	15.855

	2019		2018	
	Provisão para matemática para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP
Saldo inicial	88.369	4.186	962	13.584
Constituição de provisão	130.851	-	22.958	345
Atualização monetária e juros	5.449	-	-	3
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(20.933)
Pagamento de resgates	-	(118.443)	-	-
Títulos cancelados	(2.283)	-	-	-
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	315
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	(309)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(23.860)	(23.860)
Transferência PRA	(43.487)	43.487	-	-
Transferência PRV	(79.186)	79.186	-	-
Transferências PDB	-	26	-	(26)
Decremento Bônus	-	-	-	(311)
Receitas com penalidades	-	(280)	-	-
Outras provisões	-	(161)	-	-
Saldo final	99.713	8.001	60	15.185

11. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Provisões técnicas	125.054	123.183
Total a ser coberto	125.054	123.183
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	97.143	97.266
Ativos financeiros disponíveis para venda	45.921	40.919
Ativos mantidos até o vencimento	11.046	8.112
Total de aplicações (*)	154.110	146.297
Ativos livres	29.056	23.114

(*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, art. 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2019	2018
De 1 a 60 dias	978	415
De 61 a 120 dias	-	-
Total	1.572	415

ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i*: Taxa de juros; e *e*: Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual, que totaliza R\$ 154.110 (R\$ 146.297 em 2018). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco

Taxa de juros e cupons
a) Elevação de taxas (1.469)
b) Redução de taxas (1.469)
Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:
• Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
• Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
• Cumprimento com as exigências regulatórias e legais;
• Documentação de controles e procedimentos;
• Avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
• Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
• Desenvolvimento de planos de contingência;
• Treinamento e desenvolvimento profissional;
• Padrões éticos e comerciais; e
• Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação de *Compliance* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base em auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio líquido ajustado - PLA igual ou superior ao Capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital base e o Capital de risco - CR. A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	2019	2018
1. Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido	21.334	21.328
Despesas antecipadas	(6)	-
Patrimônio líquido ajustado (a)	21.328	21.328
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.756	1.756
Ajustes econômicos (b)	1.756	1.756
3. Capital mínimo requerido		
Capital-base (CB)	10.800	10.800
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	3.109	3.109
Capital de risco de crédito	682	921
Capital de risco de subscrição	921	921
Capital de risco operacional	1.584	(796)
Capital de risco de mercado	(796)	(796)
Correlação entre os riscos	10.800	10.800
Suficiência de capital (d = a + b - c)	12.284	12.284
Suficiência de capital (d/c)	114%	114%
Índice de solvência (e = (a + b)/c)	2,14	2,14

A norma acima referida determina que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta liquidez como segue:

Capital de risco de liquidez (a) 3.109

Índice de liquidez requerido - 20% sobre CR 622

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

MAPFRE Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 15P252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

MAPFRE Capitalização S.A.

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelos itens auditados definidos no parágrafo acima de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os

controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial

	2019
Provisões Técnicas	
Provisão Matemática para Capitalização	98.246
Provisão para Resgates	10.296
Provisão para Sorteios a Realizar	391
Provisão para Sorteios a Pagar	15.855
Provisão para Despesas Administrativas	163
Provisão para Distribuição do Bônus	69
Provisão Complementar de Sorteio	34
Total de Provisões Técnicas	125.054
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	23.084
Capital Base (b)	10.800
Capital de Risco - Subscrição (c)	921
Capital de Risco - Crédito (d)	682
Capital de Risco - Mercado (e)	1.584
Capital de Risco - Operacional (f)	718
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(796)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	3.109
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	10.800
Suficiência do PLA (a) - (i)	12.284

DIRETORIA

ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO

RAPHAEL DE LUCA JUNIOR

FRANCISCO ENGENIO LABOURT

MAURÍCIO GALIAN

SIMONE PEREIRA NEGRÃO

CONTADORA

DANIELE GOMES YOSHIDA
CRC 15P 255783/O-1

ATUÁRIA

VERA LÚCIA FERNANDES LOPES
MIBA 817